

A fabricação do urbano. Civildade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG.

Sandra Mara Dantas*

Resumo: O objetivo dessa comunicação é discutir a constituição do urbano e seu corolário na cidade de Uberabinha, atual Uberlândia, em Minas Gerais, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Após sua emancipação, os grupos sociais dominantes de Uberabinha lideraram um processo de configuração do espaço urbano com a implementação de serviços e a modernização dos equipamentos. À proporção que a face da cidade se transformava, um discurso de convencimento era enunciado para validar as representações e as práticas que a fariam moderna e civilizada, excluindo outras possibilidades e ocultando contradições que, vez ou outra, vinham à baila, manchando a imagem dominante.

Palavras-chaves: projeções do urbano; modernidade e civilidade; representações e práticas

Abstract: This paper aims at discussing the constitution of the urban and its corollary in the city of Uberabinha, nowadays called Uberlândia, in the state of Minas Gerais, at the end of the 19th century and the first decades of the 20th century. After its emancipation, the social dominant groups of Uberabinha lead a process of configuration of the urban space with the implementation of services and the modernizations of the equipments. While an aspect of the city changed itself, the groups had a convincing discourse to make feasible the representations and the practices that should be made to become modern and civilized, excluding other possibilities and hiding contractions that, sometimes, emerged, dirtying the dominant image.

Keys words: projections of urban; modernity and civility; representations and practices

Em meados do século XIX, entre as províncias de São Paulo e de Goiás, separados pelos caudalosos rios Grande e Paranaíba, as terras do extremo oeste de Minas Gerais, denominadas Sertão da Farinha Podre, recebiam levas de geralistas que, expulsando os nativos caiapós e os remanescentes quilombolas, iam construindo arranhações, povoamentos, cultivando o solo, desenvolvendo atividade pecuária e pequenos arremedos de indústria. Dentre os povoamentos dessa região, nasceu Uberabinha, formado pelo aglomerado das famílias pioneiras, oriundas, principalmente, do vale do Paraopeba, no norte da província.

Em terreno suave, próximo às vertentes de águas, marcado por caminhos tortuosos, ergueram-se desalinhadas construções, constituíram-se redes de negócios e de sociabilidade e logo se demarcou o patrimônio. De aparência simples, a maioria das edificações do lugarejo se aproximava do rego da servidão pública e dos córregos, sendo que as melhores estavam no largo da paróquia. A modéstia do cotidiano dos primeiros tempos

* Doutora em História (UNESP/Franca). Professora-Assistente Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

pode ser atribuída às dificuldades para suprimento das necessidades básicas, à distância de outras localidades, às limitações de acesso a bens e serviços; visto a maioria da população habitar no meio rural. Vagarosamente, a paisagem era transformada pela ação de homens e mulheres no roçado do capão do mato; na edificação das casas; no delineamento de novas ruas; nas trocas comerciais; na construção da igreja matriz; nos conflitos, nas “pirraças e picardias” entre os dois grupos políticos que se alternavam na administração.

Na segunda metade do século XIX, o lugar tinha “feitio de aldeia” e não contente com isso, os grupos sociais e políticos dirigentes iniciaram um processo de melhoramentos, consistindo na transformação do espaço com instalação de equipamentos de infraestrutura, aumento das construções para conferir a então freguesia, “ares de cidade”. E para alcançar esse objetivo, a emancipação política se tornou condição fundamental para fazer de Uberabinha, uma cidade moderna, com “foros de colaborador effectivo no movimento regional”¹. O projeto de emancipação, encaminhado a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais parece ter unido, temporariamente, as facções políticas uberabinhenses, visto que a vitória do projeto representava maiores espaços políticos e maiores oportunidades de desenvolvimento. Consolidada a emancipação de Uberabinha, o governo provincial nomeou um Conselho de Intendência para organizar o município e tomar as primeiras medidas administrativas para a eleição e posse da Câmara Municipal. E, pela lei estadual nº 23, de maio de 1892, todas as vilas, sedes de comarca, foram elevadas à condição de cidade, o que corroborou com os propósitos grandiloquentes de uma parcela da população uberabinhense.

A emancipação foi o primeiro passo, estava em curso um projeto de fabricação de uma cidade moderna e, para isso, era necessário atrair recursos para o município, fomentar investimentos, criar uma nova paisagem e uma nova realidade que seduzisse pessoas e demonstrasse os potenciais da terra. O projeto de cidade não estava formalmente redigido, mas fora elaborado por elementos dos grupos dirigentes, que sonharam com um lugar próspero e que estampasse seu poderio. Como as cidades são plurais, havia em seu interior outros projetos, todavia foram, em parte, suplantados, uma vez que a cidade que se materializou nos primeiros tempos era bastante incipiente.

Na documentação que sustenta este trabalho, os pioneiros de Uberabinha e seus descendentes aparecem como homens de valor, possuidores de consciência de suas atitudes,

¹ PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha*. Uberabinha: Typ. Livraria Kosmos, 1922. Dentre as obras memorialistas da cidade, essa é a que com maior riqueza de detalhes descreve os primórdios de organização do município. Escrita sob recomendação do grupo no controle político da época, ressalta os eventos que transformaram, na acepção desse grupo, o pequeno “o entristecedor burgo anachronico” na “Uberabinha florescente e progressiva, industriosa”. A narrativa é construída de modo a convencer o leitor das práticas executadas para a transformação da cidade.

como se executassem um projeto de civilização no interior de Minas Gerais. Como se cidade que foi sendo construída obedecesse a fins teleológicos e não se desvinculasse dos anseios correntes no Brasil do período aludido que consistiam em assentar as bases da modernidade e retirar o país do atraso e herança colonial escravista; e, como homens de seu tempo, os uberabinhenses não estavam desvinculados dos padrões e preocupavam-se em observá-los. A alusão à civilização e ao mundo civilizado é recorrente e aparece como destino inexorável e, para isso, a realidade rudimentar necessitava de alteração para estar em consonância com os princípios de civilidade.

Desde o documento para justificar a emancipação, é visível a descrição de elementos considerados modernos e, como tais, plausíveis com os valores da civilidade. É notável que, na documentação, a referência ao moderno, ao progresso e à civilidade são indissociáveis. A mudança não consistiria apenas no aspecto institucional, indicaria uma mudança cultural, uma crença no progresso como verdade a ser perseguida sempre.

Os grupos disputavam não somente o poder político, esforçavam-se por fazer suas representações válidas, pois como bem salienta Chartier (1985), as percepções do social produzem estratégias e práticas para legitimar suas percepções do mundo social e seus projetos. No cerne das lutas entre os grupos, estava a hierarquização da estruturação social, não apenas o controle do aparato administrativo. Os grupos políticos que disputavam a condução dos destinos de Uberabinha criaram, no interior do espaço urbano, normas legais, mecanismos de convencimento e estratégias para encaminhar a maneira como a realidade deveria ser percebida e as práticas executadas; muitas vezes, sob a batuta da violência, para torná-la uma cidade moderna. Os anseios, descritos nos documentos, não eram singularidade dos habitantes de Uberabinha; a peculiaridade reside nos modos pelos quais os uberabinhenses lutaram por fazerem-se modernos.

A modernidade aqui referida não designa um período cronológico, situa-se na dimensão da cultura e adquire força no século XIX. É o sentimento de ruptura com o passado, instaura a oposição antigo/moderno, pela qual o primeiro reporta a um passado exemplar, mas já ultrapassado e o segundo se enreda na expectativa de crescimento contínuo. Diante de condições históricas aparentemente favoráveis, em que constantemente o homem se deparava com novidades; e progresso, civilização, evolução e modernidade tornaram-se praticamente equivalentes.

Desse modo, a modernidade uberabinhense se consolidaria com a modernização dos equipamentos urbanos e das relações. Ao lado da introjeção das maneiras de comportar-se e demonstrar refinamento, educação e elegância; a modernização das relações, do espaço e da

produção e da comercialização engendraria uma nova paisagem, garantindo o aspecto moderno aos moldes do projeto liberal das elites locais, que consistia em manter as estruturas tradicionais que lhes garantiam o poder e o *status*, excluindo outros grupos sociais.

No período 1888-1929, compreendido entre a emancipação política e a mudança do nome Uberabinha para Uberlândia, foram assentadas as bases para viabilizar o projeto de cidade ideal, aqui denominado de fabricação do urbano, materializadas nas obras de modernização e na introjeção dos princípios de civilidade, pela adoção de medidas de regulamentação e educação dos cidadãos. Os desdobramentos desse projeto contribuiriam para que, posteriormente, Uberabinha/Uberlândia fosse conhecida como a principal cidade do atual Triângulo Mineiro.

No contato com fontes da história local, especialmente os memorialistas, os periódicos e os relatórios do Executivo, a impressão que se tem é de que, verdadeiramente, em um “febril evoluir”, Uberabinha era um lugar “onde a prosperidade parece querer assentar seus arraiaes” e caminhava “para a senda luminosa do progresso”, a “pugnar pelos foros de cidade ávida de civilização”, como descrevem animadamente trechos dos documentos. As expressões, de considerável ufania, ao contrário do que possa parecer para o leitor, não expressam as condições reais, antes, são reveladoras do caráter projetivo que revestiram os discursos elaborados *na e sobre* a pequena cidade. Na asserção da condição de progresso, estava subjacente um projeto político para projetar a cidade e não apenas ela, como também os sujeitos que o elaboraram.

A Uberabinha que se materializa na documentação é uma vistosa cidade. O passado é rememorado para demonstrar sua superação, o ontem é tímido, o hoje, animador. Ao tecer palavras lisonjeiras a respeito do desenvolvimento da cidade, reafirmam seus projetos em vê-la próspera; pela criação de novos hábitos, novas maneiras de ser e novas visões de mundo, o moderno suplantaria o antigo e o contínuo crescimento do saber e o acúmulo de experiências poderiam trazer a “convicção animadora” de Uberabinha atingir “proeminência” dentre as demais da região.

A preocupação em demonstrar progresso e modernidade não esteve circunscrita ao material e visível, o refinamento dos hábitos e costumes dos moradores foi incentivado. As notícias vindas das principais cidades do país e do exterior até demoravam a chegar a Uberabinha devido à distância ou à precariedade das estradas, porém parte de seus moradores não estava alheia ao que acontecia nos centros urbanos do país e do exterior. Ao tomar conhecimento das novidades que vinham de fora, os uberabinhenses apropriaram-se delas e, a seu modo, materializaram-nas. Ao apropriar-se das imagens – externas – do que seria o

moderno, rejeitou-se o que estava próximo e aparentasse atraso, o que, em parte, explica o certo desprezo com as cidades vizinhas, consideradas carentes de infraestrutura social e cultural.

O empenho das elites locais em tornar Uberabinha moderna e civilizada não significou altruísmo. As discussões travadas na Câmara Municipal e nos órgãos de imprensa não revelam intenção de aglutinar os diferentes grupos sociais. Ao projetar a cidade, as elites uberabinhenses projetam a si mesmas, convencidas de sua condição de adiantamento, de atualização aos moldes ditos civilizados. Como projeto excludente, seria preciso convencer os diferentes grupos a colaborar para atingir as metas projetadas. A paisagem urbana se assemelhava ao espaço rural, faltavam infraestrutura e serviços básicos, os hábitos e costumes dos moradores não possuíam grau de refinamento; todavia crendo no progresso evolutivo, acreditava-se que as condições para alteração desse quadro eram reais, devendo incentivar e instruir os demais uberabinhenses.

Segundo a argumentação discursiva, propalada pelos grupos dirigentes, o progresso da cidade poderia ser aferido na modernização dos equipamentos urbanos e do campo, na expansão do sítio territorial, na construção de meios de escoamento da produção e de comunicação e na elaboração de um corpo de leis que assegurasse a obediência aos princípios defendidos. Valendo-se das páginas da imprensa, vozes ligadas ao partido político dirigente defendiam o planejamento urbano, a construção de estradas de rodagem, a modernização da lavoura e a instalação de novos serviços; incentivaram a criação de escolas para educar as gerações de uberabinhenses que usufruiriam de uma moderna cidade, como cidadãos de índole pacífica, laboriosa e de modos refinados. Outro meio de civilizar o comportamento e o “espírito” dos moradores foram os regulamentos dos Códigos de Postura, dos estatutos e das leis complementares que normatizaram a ocupação do espaço, estabeleceram as regras de convívio e sociabilidade, direcionaram os modos de transações econômicas, enfim, buscaram uniformizar as práticas dos moradores.

O reconhecimento como cidade não tornou Uberabinha um lugar imediatamente civilizado. Norbert Elias lembra que não é possível afirmar que um indivíduo *é* civilizado, mas que *se torna* civilizado; o que implica a necessidade de aprendizagem de modos civilizados, daí a viabilidade de ensinar aos uberabinhenses como portarem-se em uma cidade. E, à medida que muda o indivíduo, alteram-se suas relações, visto que as estruturas da sociedade e de personalidade evoluem em uma relação indissolúvel. (ELIAS, 1994) A regulamentação figura como um dos mecanismos de controle do espaço urbano em fase de delimitação e das relações dos moradores que possuíam práticas bastante ambivalentes, visto

que campo e cidade se interagiam e, na maioria das vezes, confundiam-se. Os hábitos de parte dos moradores não diferiam do universo rural: animais soltos pelas ruas, chiqueiros e entulhos nos quintais, construções fora dos padrões arquitetônicos estabelecidos, abastecimento de água no rego da servidão pública. O ritmo cotidiano era mensurado segundo o ciclo das estações; durante o período das chuvas, lama nas ruas, aumento do volume dos córregos e rios que arrastavam as pontes, interrompendo o acesso de moradores, visitantes e negócios. Na estação seca, muita poeira e buracos, incomodando os transeuntes, sujando as casas que as senhoras e os empregados lutavam por manter asseadas.

A civilidade busca uniformizar os comportamentos, os discursos, as inúmeras práticas. De um indivíduo civilizado se esperam modos refinados ao apresentar-se e no convívio com o outro. É preciso conter seus impulsos em um exercício de autocontrole, visto que a existência de regras para o funcionamento de uma sociedade é inevitável e o conjunto de normas, preceitos e idéias pode se inscrever nas posturas, nos movimentos, nos usos e costumes de seus sujeitos sociais (HAROCHE, 1998). Ao legislar, os artigos dos Códigos de Postura de Uberabinha traziam implícito o anseio por um tipo de cidadão (e de cidade) ideal que soubesse portar-se, diante das situações cotidianas, com máximo esmero. E, viabilizando a vida em sociedade, minimizando atritos e distúrbios, os códigos funcionam como mecanismo de disciplinarização, inibindo os anseios individualizantes e controlando comportamentos, hábitos, percepções. Ao possibilitar a convivência entre os moradores, indicando-lhes as formas preferíveis, também cerceia suas ações. A observância dos estatutos exigia o governo das próprias vontades em prol de um bem comum e/ou segurança pública.

Outra estratégia para civilizar os moradores foi a valorização da escolarização. A escola é tomada como responsável por trazer as “luzes”, despertar para o progresso, ensinar os princípios da civilização, espaço privilegiado dos anseios de formação moral e social, solução para superar a condição de atraso. Acreditava-se que o trinômio civilidade, modernidade e progresso seria alcançado pela educação, que adequaria os indivíduos, promovendo a aceleração do projeto de modernização da cidade e dos hábitos de seus moradores. Uma das primeiras medidas da instalação da Câmara Municipal foi regulamentar o funcionamento das aulas e instrução pública no município. Porém, a contínua exaltação da educação não significava a defesa da universalidade da escola. Concebida como instrumento capaz de instaurar a ordem e as bases da modernidade, a educação era direcionada a públicos específicos.

Nas entrelinhas dos discursos de afirmação de Uberabinha como cidade-progresso, detectam-se alguns vestígios de que a civilização e seu corolário não eram alcançados em sua

plenitude, como desejado. Denúncias de violências e abuso policial, falta de serviços básicos, mendicância, insuficiência de verbas estão presentes no *corpus* documental. Provida de abastecimento de água e esgoto desde 1910, esses serviços se restringiam à população de maior poder aquisitivo, ao passo que a maioria da população ainda estava destituída deles. Parte da população não atentava para as normas e convenções civilizadas, nem se importava com as regulamentações dos Códigos de Posturas, ainda que o descumprimento dessas gerasse multas. Em uma pequena cidade do interior, onde os personalismos comandavam decisões políticas e direcionavam as práticas, a luta pelo progresso foi a tônica central dos grupos sociais dominantes, que ansiavam vê-la destaque entre as demais da região do Triângulo Mineiro.

Acreditava-se que a adesão ao progresso criaria uma identidade que distinguiria os uberabinhenses e a contínua reafirmação dessa premissa faria críveis as representações formuladas, ensejando novas práticas. Ao findar a década de 1920, a cidade idealizada pelos grupos políticos ainda não se materializara de modo pleno, mas os mesmos grupos acreditavam que as condições para que a “marcha do progresso” não se detivesse estavam implementadas; o urbano como modo de representação se tornara dominante como marca indelével do uberabinhense/uberlandense.

A representação de “cidade ideal” ou cidade-progresso foi acreditada e compartilhada entre os grupos sociais e desencadeou inúmeras práticas para sua concretização. Não obstante, embora as contradições e conflitos pululassem no interior da pequena urbe, a maioria de seus moradores a via como real e por ela ia definindo sua identidade e construindo seu mundo social.

A elite uberabinhense demonstrou certa competência na formulação de seu discurso projetivo que, ao se materializar e transformar a cidade, colaborou para que seus moradores introjetassem aspectos de seu enunciado. É certo que como campo de tensão, na cidade continuamente os grupos sociais lutaram por sobrepor-se uns aos outros e, com isso, firmar uma imagem da cidade que fosse, também, a imagem de si. O projeto que buscou construir a modernidade, a civilidade e o progresso em Uberabinha possuiu traços arcaizantes, pois, liderado pela elite local, contribuiu para sua permanência no poder político e manteve as estruturas tradicionais, enquanto uma parcela significativa de habitantes – trabalhadores, negros, residentes nos arrabaldes, opositores – estava alijada do que se entendia por modernidade em terras sertanejas. Quando Uberabinha se tornou Uberlândia significou, para o grupo vencedor, a culminância de um processo de construção de cidade moderna que, a despeito das nódoas que havia em seu interior, permitiria alçá-la além fronteiras regionais.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Jerônimo. *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia: Pavan, 1938.
- BRESCIANI, Maria Stella & NAXARA, M. (orgs) *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001.
- BRITO, Diogo S. & WARPECHOWSKI, Eduardo. (orgs) *Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. (1989) Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Ensaio Latino-Americanos.)
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. "O mundo como representação" [1989] In: *Estudos Avançados*, 11(5). São Paulo: Edusp, 1991. pp.173-191.
- CHOAY, Françoise.(org) *O urbanismo: Utopias e realidades*. Uma antologia. (1965). Trad. Dafne N. Rodrigues. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. (1939) 2 vol. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Trad. Ana Montoia e Jacy Seixas. Campinas: Papyrus, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (1936) 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- NAXARA, Márcia Regina C. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- PEZZUTTI, Pedro. *Município de Uberabinha*. Uberabinha: Typ. Livraria Kosmos, 1922.
- ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador*. A idéia de progresso. (1995) Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2000. (Ariadne).
- STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. Ensaio. (1989) Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Na história e na literatura. (1973) Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989.